

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Estado de São Paulo*

Class.: 971

Data: 08.08.75

Pg.:

Cimi denuncia irregularidades e ineficiência da Funai no Sul

Das Sucursals

A existência de índios mendigando para pagar hospitalização, provocada pela falta de pagamento da Funai aos hospitais; a insuficiente assistência farmacêutica; a permanência de brancos em territórios indígenas; e a corrupção entre funcionários do órgão foram denunciadas, ontem, em Porto Alegre, pelo padre Egydio Schwade, secretário-executivo Interino do Conselho Indigenista Missionário, o Cimi, depois de sua visita às áreas indígenas gauchas, principalmente a de Guarita, localizada a 489 quilômetros da capital do Estado, onde vivem 1.400 kaingang e guarani.

Segundo o missionário, desde 1969 a Funai deve suas contas ao Hospital Santo Antonio. Além disso, a enfermaria do posto da Guarita, no município de Tenente Portela, enfrenta uma carência de medicamentos e falta de pessoal para atender os indígenas, o que obriga os kaingang e os guarani a esmolar pelas ruas do município ou então vender seu artesanato a preços irrisórios para obter recursos que permitam seu tratamento de saúde.

O missionário disse também que, de acordo com dirigentes do Hospital Santo Antonio, diversas vezes foi fornecida a relação de despesas, a pedido das chefias regional e nacional da

Funai. Mas elas acabaram se perdendo na engrenagem burocrática do órgão. "Em outubro do ano passado", diz Egydio Schwade, "foi a última vez que o hospital encaminhou à Funai toda documentação relativa ao tratamento prestado aos indígenas. Inclui o fichário de baixa — documento exclusivo do hospital — tendo um advogado da Funai assegurado o pagamento imediato de todas as dívidas. Mas tudo ficou na mesma".

O padre Schwade afirma que, no entanto, "o professor Olympio Serra, antropólogo da Funai em Brasília, me informou pessoalmente em fins de julho que o presidente do órgão havia determinado o pagamento de todas as dívidas quando de sua visita à área, em outubro do ano passado. Isso nos leva a crer que a corrupção campeia no órgão, pois os recursos, embora autorizados, não chegam a seu destino". O missionário disse estranhar também que, no caso do Hospital Santo Antonio, a Funai tenha enviado um ofício, a 26 de julho último, no qual solicita o encerramento do atendimento aos índios, alegando convênio entre o órgão e o Funrural, que garantiria assistência no Hospital Nossa Senhora de Fátima, em Miraguay, e o documento não faça a menor referência às dívidas não saldadas.

Quanto ao problema das áreas indígenas ocupadas, nos

postos de Nonoai e Guarita, o missionário afirmou que "a Fundação voltou a brincar de expulsar os intrusos, mas tudo não passou de pretexto para acalmar a opinião pública e proporcionar ocupação para seu batalhão de funcionários ociosos em Brasília, empregando-os em levantamentos, viagens e uma porção de pseudo providências". O padre Schwade disse que no dia 30 de julho, dia de encerramento do prazo para os agricultores abandonarem as áreas indígenas ocupadas, a situação era a mesma de tempos atrás, "com os colonos tranquilamente instalados nos territórios pertencentes aos kaingang, que para sobreviver terminam servindo de peão em suas próprias terras, arrendadas aos colonos brancos".

Na verdade, no caso específico de Nonoai, município situado a 461 quilômetros de Porto Alegre, e com 36 mil habitantes, a simples possibilidade de afastamento dos colonos brancos dos 20 mil hectares da área da reserva dos kaingang provocou uma ameaça de crise. O então prefeito, Santo Natal Mazzaro, chegou a afirmar, em maio último, que a transferência dos colonos seria uma calamidade e que o afastamento das 1.400 famílias arrendatárias de terras indígenas provocaria uma redução de quase 50 por cento na arrecadação do município, responsável pela

produção de um milhão de sacas de soja, 400 mil de milho e outros produtos agrícolas, riqueza extraída, nos últimos anos, justamente do território pertencente aos kaingang.

Ontem, em Brasília, o presidente da Funai informou que três fazendas localizadas na reserva de São Marcos, em Mato Grosso, foram invadidas pelos índios xavante, que antes de serem repelidos incendiaram algumas instalações e atacaram agricultores e animais. O general, embora ressaltando que o incidente não causou maiores danos, manifestou sua preocupação pela liberação da verba de 15 milhões destinada à indenização dos fazendeiros, para que estes deixem o quanto antes as terras pertencentes aos xavantes, onde se encontram as fazendas invadidas.

Ao mesmo tempo, a Funai informou ao pastor evangélico Moraes Filho que o órgão nada poderá fazer em favor da permanência de posseiros em terras dos índios guajajara, no Maranhão. O religioso procurou o órgão para tentar a fixação dos posseiros nas terras que eles ocupam, e cujo prazo de permanência venceu dia 31 de julho e foi prorrogado até 30 de dezembro. O pastor foi aconselhado pelos funcionários da Funai a procurar o INCRA "que é o órgão competente para tratar de assuntos de posseiros".